



REQUERIMENTO Nº , DE 2013 - CCJ

Requer o aditamento de Requerimento n. 26, de 2013, para realização de audiência pública apresentado pelo Senador José Pimentel para instrução das PECs 13, 32, 70 e 97 de 2007; 6, 30 e 34 de 2008; 16 de 2011; 21 de 2012 e 3 de 2013, para acrescentar à lista de convidados o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inc. II, da Constituição Federal c.c. art. 93, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento de Requerimento n. 26, de 2013, apresentado pelo Senador José Pimentel e aprovado nesta Comissão na reunião do dia 26 de junho de 2013, para instrução das PECs ns. 13, 32, 70 e 97 de 2007; 6, 30 e 34 de 2008; 16 de 2011; 21 de 2012 e 3 de 2013, cujos temas estão relacionados ao limite de idade para aposentadoria compulsória de servidor público, para acrescentar à lista de convidados o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

JUSTIFICAÇÃO

Como sabemos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) desempenha essencial atribuição na função jurisdicional trabalhista do



Estado e a Associal Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) é uma sociedade civil sem fins lucrativos que, além de promover a cooperação e solidariedade entre os membros do MPT e a defesa de seus direitos, também possui a finalidade de colaborar com os Poderes Públicos no desenvolvimento da Justiça e defesa dos interesses sociais.

A associação tem interagido com os diversos setores da sociedade na busca diuturna de condições mais dignas e igualitárias para os trabalhadores brasileiros, da garantia dos direitos trabalhistas e da efetivação do Estado Democrático de Direito.

Em seus 34 anos de existência (fundada em 07 de fevereiro de 1979), a ANPT buscou se inserir em todos os espaços de discussão dos problemas nacionais. A entidade desenvolve atuação política em temas relacionados à discriminação de trabalhadores, meio ambiente do trabalho, combate ao trabalho escravo, combate ao trabalho infantil e defesa dos direitos individuais e coletivos.

Dentre suas atuações, a entidade acompanha, desde o início de sua tramitação, a PEC n. 457/2005, de autoria do Sen. Pedro Simon, já aprovada no Senado Federal (tramitava com n. 42, de 2003) e aguardando a apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, que trata exatamente da aposentadoria compulsório dos ministros do Supremo Tribunal Federal aos 75 anos, demonstrando sua identidade e conhecimento sobre o tema.

Penso que um tema tão relevante como a aposentadoria compulsória de servidores públicos, que resultará em consequências variadas, precisa ser instruído com subsídios dos diversos setores envolvidos que possua reconhecida experiência no tratamento da matéria.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Pedro Taques

Precisamos estar seguros para apreciação do tema e, certamente, os argumentos expendidos pela ANPT nos trará perspectivas importantes sobre a proposição.

Pelo o que, com o objetivo de contribuir com a matéria, submeto o presente requerimento a apreciação dos ilustres Pares.

Sala de Reuniões,

PEDRO TAQUES
Senador da República